

DESCARTES: "IDEALISTA EMPÍRICO E REALISTA TRANSCENDENTAL"? (*)

Raul Landim Filho
URFJ

Resumo: Kant no IV^o Paralogismo da *Crítica da Razão Pura* [A] parece afirmar que: a conjunção das seguintes teses: [i] de que só as representações (ou os estados de consciência) são imediatamente percebidas, [ii] de que os objetos externos são as coisas em si e [iii] de que as representações das coisas são o efeito das próprias coisas, que são a sua causa, e que a conjunção dessas três teses conduz à dúvida sobre a existência de objetos "fora de nós". Criticando o *realismo empírico* e o *realismo transcendental* no IVO Paralogismo, Kant parece pôr também em questão a filosofia primeira cartesiana. Com efeito, qualquer uma dessas teses poderia ser considerada como uma tese cartesiana. O objetivo deste artigo é o de reconstruir a crítica de Kant, expressa no IV. Paralogismo da *CRP* [A], aos princípios cartesianos, analisando em primeiro lugar o paralogismo, em seguida, a sua solução e, finalmente, avaliando, do ponto de vista cartesiano, as críticas e as soluções kantianas. Palavras-chave: Idealismo empírico, idealismo transcendental, realismo transcendental, representação, objeto, coisa em si.

Abstract: In the IVth. Paralogism of the *Critique of Pure Reason* [A] Kant claims that the conjunction of the following theses: [i] that only the representations (or the states of consciousness) are immediately perceived, [ii] that the outer objects are things-in-themselves and [iii] that the representations of things are the effects of things, which are their causes, leads to the doubt over the existence of objects "outsíâe us" . While criticizing *empirical realism* and *transcendental realism* in the IVthParalogism, Kant seems to question Cartesian first philosophy as well. Indeed, all these three theses could be taken as Cartesian thesis. The purpose of this article is to reconstruct Kant's criticisms to the Cartesian principles, as expressed in the

IVth Paralogism of *CPR* [A], analyzing, first the paralogism itself, then its solution and, finally, evaluating Kant's criticisms and solutions from the Cartesian point of view.

Key words: empirical idealism, transcendental idealism, transcendental realism, representation, object, things -in-themselves,

I - **Introdução**

No Quarto Paralogismo da *Crítica da Razão Pura* (CRP¹) [A,366-380], analisando a questão da "idealidade da relação externa", Kant apresenta, sob a forma de um paralogismo, o que poderia ser interpretado como uma das consequências de um conjunto de princípios que teriam a sua origem na filosofia cartesiana; estes princípios teriam engendrado "a questão da existência do mundo exterior", isto é, teriam produzido uma dúvida sobre a existência "dos objetos dos sentidos externos" [A, 367]. Após apresentar o paralogismo e diagnosticar os princípios que o engendraram, Kant os critica à luz das principais teses do seu sistema.

Um historiador do cartesianismo poderia contestar a legitimidade a atribuição do epíteto "cartesiano" aos princípios que geraram o paralogismo. De fato, a reflexão kantiana não se apoia numa análise minuciosa da obra de Descartes; ela pretende apenas extrair uma consequência (problemática) de certos princípios, que talvez tenham sua origem na filosofia cartesiana. Um intérprete de Descartes poderia ainda alegar que, embora a questão da existência "do mundo externo" seja necessariamente um problema que a filosofia primeira cartesiana deve esclarecer, a existência de um ser infinito (de um ser "exterior" não espacial) e a existência de objetos corporais extensos (de objetos dos sentidos externos) foram demonstradas pela teoria cartesiana e que, portanto, não se pode imputar a esta filosofia um ceticismo sobre a existência de "objetos exteriores". Sem dúvida, não é todo o sistema cartesiano que é posto em questão pelo IV^o Paralogismo, mas apenas alguns dos seus princípios que, isolados da totalidade do sistema, poderiam engendrar, segundo Kant, um ceticismo sobre o mundo exterior.

No IVO Paralogismo, Kant critica duas "doutrinas": a do *idealismo empírico* e a do *realismo transcendental*. O idealismo empírico pode ser caracterizado por duas teses: [a] a que vincula a certeza (ou a indubitabilidade) à percepção imediata dos objetos (ou dos estados de coisas) e [b] a que afirma que só o que está em nós (o que ocorre

nos sentidos internos) é imediatamente percebido: "*Nós podemos afirmar com razão que apenas o que está em nós pode ser imediatamente percebido e que só a minha própria existência pode ser objeto de uma simples percepção.*" [A, 367]. Segue-se daí que a percepção da existência de objetos externos é problemática", pois as coisas exteriores não são, em princípio, objetos de percepções imediatas. Por sua vez, o realismo transcendental, ao contrário do idealismo transcendental, considera os objetos dos sentidos externos como coisas em si.

Uma "doutrina" que sustentasse ao mesmo tempo o ponto de vista do idealismo empírico e o do realismo transcendental não seria contraditória [A, 369]: ao admitir que os objetos dos sentidos externos fossem coisas em si, ela deveria demonstrar, em primeiro lugar, que os objetos dos sentidos internos são percebidos imediatamente (e seriam, portanto, indubitáveis): em seguida, se ela pretendesse provar a possibilidade do conhecimento das coisas em si "fora de nós", então a noção de certeza, vinculada inicialmente à noção de percepção imediata, deveria ser nela modificada e ampliada. De fato, o que poderia ser incompatível com o realismo transcendental seria a conjunção de duas teses: [c] só o que ocorre nos sentidos internos é percebido imediatamente; [d] só o que é percebido imediatamente é indubitável (certo). Neste caso, a percepção de objetos externos seria sempre duvidosa, caso não fosse possível percebê-las imediatamente. As coisas em si seriam, então, objetos de crença e não de saber".

Pode a filosofia cartesiana ser classificada como idealista empírica e realista transcendental?

Para responder a esta questão, seria necessário distinguir a gênese do sistema cartesiano (construído segundo a ordem analítica) do próprio sistema (compreendido como um conjunto de teses e demonstrações concatenadas)",

Do ponto de vista da gênese do sistema, a função do enunciado indubitável *eu penso*, que emerge da dúvida cética, é de mostrar que todas as modalidades do pensamento, isto é, todos os atos de consciência, não só o *eu penso*, como também *eu penso que (duvido, afirmo, sinto, temo etc.)* são indubitáveis. A razão de serem indubitáveis é que é impossível realizar um ato de consciência (pensamento) sem ter consciência do ato; a imediaticidade dos atos de consciência garante, portanto, a sua indubitabilidade. Assim, se é correto afirmar que o que é percebido imediatamente é indubitável, não se pode disto concluir que só os objetos imediatamente percebidos são indubitáveis.

Duas teses, no entanto, parecem ter sido estabelecidas nas etapas iniciais da gênese do sistema: [e] a tese de que o imediatamente

percebido é indubitável e [f] a tese de que *são* os atos de consciência são imediatamente percebidos. Note-se que esta última tese é também uma consequência da indubitabilidade de *eu penso*. Com efeito, deste enunciado foi imediatamente inferida a proposição verdadeira *eu sou pensante*. Ora, esta proposição não elimina a dúvida sobre a existência de objetos exteriores, mas é apenas uma exceção a ela. De fato, a verdade do *cogito* foi demonstrada num contexto cético e solipsista; a única condição necessária e suficiente para demonstrar a verdade de *eu sou pensante* é o exercício efetivo de um ato de pensamento. Assim, apenas a existência do sujeito que pensa, que, por pensar, tem consciência de ser sujeito de seus estados de consciência, escapa à dúvida cética. A existência de realidades externas continua ainda posta em questão. Donde, se os objetos externos existem, eles não são percebidos imediatamente, pois se o fossem, seriam indubitáveis. A indubitabilidade das modalidades do *cogito*, isto é, dos estados subjetivos do sujeito, e a dubitabilidade da existência de objetos externos provam que só os atos de consciência são de fato imediatamente percebidos.

Portanto, o sistema cartesiano vincula provisoriamente indubitabilidade (certeza) à imediaticidade e aceita que só os estados subjetivos do sujeito são imediatamente percebidos pelo próprio sujeito. As percepções mediatas são consideradas dubitáveis, e como o duvidoso é metodologicamente assimilado ao falso", elas também são provisoriamente consideradas falsas, embora não seja excluída a possibilidade de poderem vir a ser consideradas verdadeiras: "Mas também pode ocorrer que essas mesmas coisas que suponho não existirem, já que me são desconhecidas, não difiram, entretanto, na verdade da coisa, deste eu que eu reconheci? Nada sei a respeito; não o discuto atualmente, não posso dar meu juízo senão sobre as coisas que me são conhecidas [...]" Assim, mesmo do ponto de vista da gênese do sistema, a filosofia cartesiana não pode estritamente ser considerada como idealista empírica, pois não é excluída a hipótese de que certas percepções mediatas possam vir a ser consideradas indubitáveis. Mais correto seria classificá-la como um "idealismo problemático", isto é, como uma teoria que considera os objetos "fora de nós" como duvidosos.

A filosofia primeira cartesiana analisada não mais na sua gênese, mas como um sistema completo, não é cética nem solipsista: a existência de Deus e a dos corpos extensos foram demonstradas. No entanto, as suas teses iniciais, formuladas segundo a "ordem analítica", foram reiteradas e o sentido delas definitivamente explicitado. São teses do sistema os seguintes enunciados: [g] os estados de consciência (as modalidades do *cogito*) são imediatamente percebidos e, por conseguinte, são indubitáveis; [h] o sujeito só percebe imediatamente os

seus estados de consciência; [i] os objetos externos são percebidos pelas suas representações. De fato, os objetos imediatamente percebidos são as ideias (representações) das coisas (e não as coisas mesmas). "[...] eu não posso ter qualquer conhecimento do que existe fora de mim senão pela mediação das ideias, que eu tive em mim, destas coisas [...]" No entanto, apesar de ser mediatizado pelas representações, o conhecimento da existência de objetos "fora de mim" pode ser indubitável e certo.

Assim, a tese de que só os atos de consciência são imediatamente percebidos (as "coisas exteriores" seriam, então, mediatamente percebidas, isto é, acessíveis mediante as suas representações) conjugada com a tese realista de que os objetos de conhecimento são as coisas mesmas, parece exigir do cartesianismo uma teoria causal do conhecimento, isto é, uma teoria que explique a relação entre as representações (que são atos mentais imediatamente percebidos) e as coisas exteriores (que existem independentemente de serem representadas e são somente percebidas pelas suas representações) pela relação de causa e efeito, de condição a condicionado. Esta parece ser a tese cartesiana formulada no axioma V da Exposição Geométrica: "Daí se segue também que a realidade objetiva de nossas ideias requer uma causa, em que esta mesma realidade seja contida, não só objetiva, mas também formal ou eminentemente" De fato duas das três provas da existência de Deus e a prova de que os corpos existem usam do princípio de causalidade. O "acesso" aos seres "exteriores à consciência" parece necessitar, portanto, do princípio de causalidade.

Ora, a conjugação das teses [j] de que só as representações (ou os estados de consciência) são imediatamente percebidas e que, portanto, elas são indubitáveis e certas; [k] do realismo transcendental (de que os objetos conhecidos são as coisas em si) com a tese [l] da teoria causal da percepção (as representações das coisas são o efeito das coisas mesmas, que são a sua causa) conduz novamente, segundo a análise do IVO Paralogismo, ao ceticismo sobre o mundo externo. Todas estas três teses, como já assinalamos, poderiam ser consideradas como teses cartesianas.

Assim, se o cartesianismo não é um idealismo empírico, pois não vincula a certeza somente à percepção imediata (embora as percepções imediatas sejam consideradas indubitáveis e certas), ele poderia ser interpretado do ponto de vista da gênese do sistema nas suas primeiras etapas como um idealismo problemático. Do ponto de vista do sistema, entretanto, a prova da existência de Deus e a dos corpos extensos eliminaram a perspectiva cética e a solipsista, que foram provisoriamente adotadas na construção do sistema e que contribuíram para que o próprio sistema fosse considerado como idealista problemático. Mas, se a análise do IV^o Paralogismo é corre-

ta, em razão das teses [H-[]acima mencionadas, o sistema cartesiano, *malgré lui*, deveria considerar duvidosa a realidade dos objetos cuja existência foi demonstrada graças ao princípio de causalidade. Assim, o sistema cartesiano seria corretamente classificado como idealista problemático, pois as provas de existência, exceção feita ao *COGITO* e à prova ontológica de Deus, usariam do princípio de causalidade. Mas, se é correto classificar a filosofia primeira cartesiana como idealista problemática, então é também correto considerá-la como idealista empírica, pois o único enunciado de existência válido para o sistema seria a proposição "eu sou pensante". Onde, como afirma Kant, "[...] só a minha existência pode ser objeto de uma simples percepção." [A, 367]. Ora, neste caso, só a percepção dos estados do sujeito e da sua existência seriam indubitáveis. E assim, a indubitabilidade e a certeza estariam vinculadas exclusivamente ao que é imediatamente percebido.

Mas, é correto o diagnóstico de Kant no IY^o Paralogismo ?

O objetivo deste artigo é o de reconstruir a crítica de Kant, expressa no IY^o Paralogismo da CRP [A], aos princípios cartesianos, analisando, em primeiro lugar, o paralogismo; em seguida, a sua solução e finalmente avaliando, do ponto de vista cartesiano, as críticas e as soluções kantianas.

II - O IV^o Paralogismo na CRP [A]

Para construir o paralogismo, Kant assumirá [a] as teses da filosofia da consciência cartesiana que são também teses do idealismo empírico: [i] o que ocorre em nós é imediatamente percebido e [ii] o que é imediatamente percebido é indubitável; [b] a tese (cartesiana) do realismo transcendental; e enfim, [c] a "teoria causal da percepção". O paralogismo mostrará que a conjunção de [a]-[c] tem como consequência a dúvida sobre o mundo externo."

II.1 - Reconstrução do paralogismo

O paralogismo do IV^o Paralogismo pode ser reconstruído da seguinte maneira:

- 1 - O que é imediatamente percebido é indubitável.
- 2 - A existência de objetos exteriores, isto é, de objetos "fora de nós" não é percebida imediatamente.

Face a estas duas premissas, é colocada a seguinte questão: Como é possível perceber objetos exteriores?

3 - A percepção (representação) de objetos exteriores é um efeito da existência destes objetos, que é causa desta percepção.

4 - Um efeito, no entanto, pode ter múltiplas causas, conhecidas e desconhecidas.

Segue-se então a conclusão cética: o conhecimento da existência dos objetos exteriores é incerto.

Analisemos os argumentos que justificam cada etapa da prova

1 - O que é imediatamente percebido é indubitável.

A primeira premissa exprime uma tese fundamental da filosofia da consciência cartesiana. Com efeito, é graças à tese da indubitabilidade dos atos de consciência, do *Eu penso* e das suas modalidades, que é possível descobrir e provar o primeiro princípio da reflexão filosófica: *Eu existo como ser pensante*. Se *Eu penso* é indubitável é porque é impossível negar que se pensa sem exercer um ato de pensamento. Isto implica que o exercício do ato de pensamento está conectado necessariamente à consciência do ato. Donde é impossível que se exerça um ato de pensar e não se esteja consciente dele, pois se isto fosse possível, seria também possível negá-lo ou duvidar dele.

Na construção do paralogismo, Kant obviamente utiliza uma outra terminologia: ele opõe inicialmente aquilo que ocorre *em nós* (que pertence aos sentidos internos e que é imediatamente percebido) ao que existe *fora de nós*. Qual o significado preciso destas expressões? Como exprimir precisamente o significado da expressão "imediatamente percebido"? Ora, como veremos adiante, a expressão "*fora de nós*", tem um sentido ambíguo, ambiguidade que poderia se estender também ao termo correlativo "*em nós*". Para que seja possível demonstrar esta primeira etapa do paralogismo, é necessário introduzir, então, uma definição precisa da expressão "*em nós*" ou da expressão "imediatamente percebido" (considerada como equivalente à expressão "*em nós*").

def.: X é percebido imediatamente sse. a existência de X implica a percepção (ou a consciência) de X.

Por esta definição, vê-se que o que ocorre *em nós* é um estado mental, já que os estados mentais se caracterizam pelo fato de ser impossível que existam como estados de um sujeito sem serem percebidos pelo próprio sujeito. De fato, os estados mentais, enquanto estados

subjetivos de um sujeito, se caracterizam por serem imediatamente percebidos pelo sujeito destes estados.

Embora a definição acima, e conseqüentemente a primeira premissa, não tenha sido formulada segundo o quadro conceitual da teoria kantiana, ela exprime, em outro vocabulário, algumas das teses kantianas que decorrem da sua "teoria" sobre os sentidos internos, que, aliás, desempenhará um papel determinante na "*Refutação do Idealismo*" da edição [BJ da *CRP*, mas que no *Ivo Paralogismo* serve apenas para caracterizar "o que ocorre em nós". Com efeito, pelos sentidos internos o sujeito é consciente, segundo a forma do tempo, das suas afecções (representações ou afetos). Obviamente, "consciência", neste caso, não significa consciência proposicional, classificatória dos estados subjetivos e que portanto pretenderia exprimir um conhecimento destes estados. A "consciência" dos sentidos internos, que Kant descreve na Síntese da Apreensão [A,98-99J8, exprime apenas a apreensão (consciência) imediata dos estados mentais (afecções), submetidos à forma do tempo, pelo sujeito destes estados. "Consciência", neste caso, não significa conhecimento e por isso mesmo não pode ainda ser considerada como uma experiência interna.

2 - A existência de objetos "*fora de nós*" não é percebida imediatamente.

O sentido preciso desta premissa só pode ser estabelecido a partir do esclarecimento da significação da expressão "*fora de nós*", Ora, como assinala Kant, [A, 373J a expressão "*fora de nós*" pode ser usada em dois sentidos':

- a. num sentido transcendental, como designando objetos cuja existência independe de condições epistêmicas" e, sob este aspecto, designando objetos "distintos (ou diferentes) de nós" (*coisas em si*);
- b. num sentido empírico, como designando objetos submetidos às relações espaciais (fenômenos) e, sob este aspecto, designando objetos (fenômenos) exteriores a nós.

A prova do paralogismo usa, no entanto, da ambigüidade da expressão "*objeto fora de nós*" para mostrar a dubitabilidade do conhecimento de objetos externos. Habitualmente, a expressão "*objeto fora de nós*" designa objetos espaciais que, por serem espaciais, são considerados como *fora de nós*. Mas, para se demonstrar que estes objetos não são percebidos imediatamente, é necessário dar um outro sentido à expressão "*objeto fora de nós*"; ela deverá designar os objetos cuja existência independe de condições epistêmicas. Portanto, para demonstrar que a existência dos objetos externos (*fora de nós*) não pode ser percebida imediatamente e que, por conseguinte, a existência deles pode ser posta em questão, [i] prova-se, inicialmente,

pelo mero significado das palavras, que, se os objetos são externos, então eles são *fora de nós*. [ii] Em seguida, interpreta-se a expressão "*fora de nós*" como significando "independente de condições epistêmicas". Assim, se os objetos são externos, pela mera significação desta expressão, eles são *fora de nós*. Mas se eles são *fora de nós*, já que "*fora de nós*", neste caso específico, significa "independente de condições epistêmicas", segue-se que as *condições da representação destes objetos* não são condições do próprio objeto. Donde os objetos são coisas em si, isto é, eles existem independentemente de poderem ser representados. [iii] Pode-se, então, concluir que os objetos externos *não* são percebidos imediatamente.

É a interpretação dada à expressão "objeto externo" que justifica em última análise a prova da premissa [2]. Se ela não designasse coisas em si, não seria possível, então, construir o paralogismo, pois se a expressão "coisa em si" designa a coisa mesma enquanto considerada como existindo independentemente de relações epistêmicas ou cognitivas, certamente a existência de coisas em si (supondo que elas existam) não implica a sua percepção. Assim, é possível que algo (que, por hipótese, é uma coisa em si) exista e não seja percebido. Portanto, a existência da coisa em si não implica a sua percepção. Donde, em razão da premissa inicial do paralogismo [1], ela não é percebida imediatamente.

É *possível*, portanto, duvidar da existência de objetos externos, se os objetos externos são objetos *fora de nós* e se objetos *fora de nós* são objetos que existem independentemente de condições epistêmicas, isto é, se os objetos *fora de nós* são coisas em si.

3 - Conclusão do paralogismo

Como é possível perceber objetos exteriores, se objetos exteriores são coisas em si?

De um lado, a tese inicial, que exprime o ponto de vista da filosofia da consciência, mostra que as representações subjetivas são imediatamente acessíveis e como tal são indubitáveis. Por outro lado, os objetos exteriores, que existem independentemente de poderem ser representados, não são imediatamente percebidos e, por isso mesmo, a sua existência é dubitável. Como estabelecer então uma relação entre as representações dos objetos externos, imediatamente acessíveis enquanto entidades mentais, e os próprios objetos externos, acessíveis pelas suas representações?

Uma solução possível é a de interpretar a relação entre representações e objetos como uma relação de causa / efeito: a percepção (repre-

sentação) de objetos exteriores seria, então, um efeito, que teria como causa os próprios objetos externos. Uma teoria causal da percepção, na qual as coisas em si são conhecidas por serem causas das suas próprias representações, parece solucionar a aparente dificuldade dos sistemas que aceitam ao mesmo tempo a premissa [1] e a tese do realismo transcendental. Neste caso, a existência de objetos exteriores, percebida *mediatamente*, seria, portanto, inferida graças à aplicação do princípio de causalidade às representações, *imediatamente acessíveis*, dos objetos externos.

Mas, como assinala Kant, um efeito pode ter múltiplas causas, conhecidas e desconhecidas; além disto, certos efeitos podem ter causas ocultas. Portanto, certos efeitos podem ter causas desconhecidas. Ora, se as coisas exteriores (coisas em si) só podem ser conhecidas por serem causas das suas representações, a sua existência, em princípio, é incerta por ser inferida pela relação causal.

A construção do paralogismo se baseou assim na conjugação de três princípios: [a] as teses cartesianas, [b] o realismo transcendental e [c] a teoria causal da percepção. A consequência da conjugação destes princípios é o ceticismo sobre a existência de coisas *fora de nós*. Segundo a análise kantiana, o realismo transcendental parece se defrontar com dificuldades insuperáveis: de um lado, a conjugação da tese de que as representações são imediatamente percebidas com a tese de que só pelas representações se tem acesso aos objetos *fora de nós* exige do realista transcendental uma "prova do mundo externo"; por outro lado, a tese central do realismo transcendental, de que os objetos *fora de nós* são coisas em si e que, portanto, só podem ser conhecidos *mediatamente* pelas suas representações, obriga o realista a recorrer a uma "teoria causal da percepção" para explicar as relações entre representações e objetos *fora de nós* e justificar, desta maneira, a possibilidade do acesso ao mundo externo. Mas se uma representação pode ter múltiplas causas, então é sempre problemático o conhecimento dos objetos *fora de nós*.

II.2 - A crítica kantiana ao paralogismo.

A refutação do paralogismo envolve uma série de teses demonstradas ao longo da *CRP*. Não cabe neste artigo analisar cada uma destas teses, pois, neste caso, todos os argumentos da *Estética e da Analítica Transcendental* deveriam ser reconstruídos.

O que está envolvido na refutação do paralogismo?

1 - A tese do *idealismo transcendental*: os objetos de conhecimento não são coisas em si, mas são fenômenos, isto é, objetos dependentes

de condições epistêmicas necessárias. A demonstração desta tese, que refuta o realismo transcendental, envolve os principais resultados obtidos na *Estética e na Analítica Transcendental*.

2 - A tese da *realidade empírica do espaço*: os objetos dos sentidos externos são submetidos à condição formal-subjetiva do espaço. E por esta razão, os objetos de experiência, quando determinados na intuição externa, são considerados objetos "fora de mim".

3 - A tese do *fenomenismo*: os objetos de conhecimento (fenômenos), na medida em que são constituídos por condições necessárias, formais e subjetivas, são representações. No entanto, devem ser distinguidas "as representações subjetivas, submetidas unicamente à condição temporal dos sentidos internos, das representações objetivas, que podem ser consideradas como objetos de conhecimento por satisfazerem a certas condições necessárias. A tese do fenomenismo não significa, portanto, que os fenômenos (objetos de conhecimento) sejam identificados às representações subjetivas.

4 - A tese *anti-reducionista*. Embora os objetos de conhecimento tenham sido reduzidos a representações, os objetos externos, submetidos na intuição externa à condição formal do espaço, têm um conteúdo que não pode ser determinado a priori por qualquer condição subjetiva. Assim, além de satisfazerem a certas condições formais-subjetivas, os objetos externos satisfazem também a uma condição necessária e heterogênea a qualquer condição formal: sem um *dado*, correlato da sensação, não é possível identificar algo na intuição como objeto externo. "*Em terceiro lugar, o espaço, ele mesmo, é apenas uma mera representação; em consequência, nele só pode ser considerado como real [mithin kann in ihm nur das ais wirklich gelten] é nele representado, e reciprocamente, o que nele é dado, isto é, representado pela percepção, é nele também real; pois se nele não fosse real, isto é, dado imediatamente pela intuição empírica, ele também não poderia ser imaginado [erdichten], pois não se pode inventar [erdenken] inteiramente a priori o real [Reale] da intuição.*" [A, 374-375]. Esta tese, que se baseia na *Estética Transcendental* e que parece atenuar a perspectiva fenomenista da primeira edição da *Crítica*, será explicitada e desenvolvida na *Refutação do Idealismo* [B], quando a filosofia da consciência cartesiana será posta em questão.

Suposta estas teses, a refutação do paralogismo se torna trivial. Segundo a tese [1] da filosofia da consciência cartesiana, as representações podem ser percebidas imediatamente. Se os objetos de conhecimento são fenômenos [tese I], se os fenômenos externos

são representações submetidas à condição formal do espaço [teses II e 11I], então pode-se perceber imediatamente os fenômenos externos sem que isto signifique que o percebido seja um estado subjetivo [teses III e IV].

As teses da realidade empírica do espaço e a do idealismo transcendental permitiram dissolver a ambiguidade essencial utilizada na construção do paralogismo: o sentido da expressão "*objeto externo*" (ou "*fora de nós*"). Com efeito, graças a elas, fica determinado o significado preciso da expressão "*objeto externo*": objetos externos são fenômenos (e não coisas em si) submetidos à condição subjetiva do espaço. Mas estas teses não provam ainda que a percepção dos fenômenos externos seja indubitável. Elas refutam o realismo transcendental, estabelecendo que os objetos de conhecimento são fenômenos e que fenômenos *não* são independentes de condições subjetivas epistêmicas. No entanto, elas não parecem determinar de uma maneira clara as relações entre representações e fenômenos. Com efeito, a distinção entre representações subjetivas e representações objetivas indica que não é óbvia a assimilação das condições de possibilidade das representações às condições que constituem os objetos fenomenais. Ora, isto justifica, em princípio, a dúvida sobre o conhecimento da existência de objetos externos. Assim, como somente os estados mentais (representações) são imediatamente percebidos, a tese de que os objetos de conhecimento são dependentes de certas condições epistêmicas subjetivas não equivale ainda à afirmação de que os fenômenos são imediatamente percebidos.

Para refutar o paralogismo é necessário ainda mostrar que a percepção de objetos externos é indubitável. Ora, em razão da tese da filosofia da consciência cartesiana [tese 1], sabe-se que as representações, enquanto estados subjetivos, são indubitáveis; mas não se sabe ainda que os fenômenos externos também o são. A tese [11I] do fenomenismo completa, então, a refutação do paralogismo: os fenômenos são representações. Em conseqüência, não será mais embaraçosa a prova "do mundo exterior" e, do ponto de vista da certeza, não há mais prioridade da percepção de representações "*em mim*" sobre a percepção de objetos "*fora de mim*", pois ambas são percepções *immediatae*"; são percepções de representações subjetivas, se estas pertencem aos sentidos internos; são percepções de representações objetivas, no caso de delas serem submetidas a condições necessárias categoriais; são percepções de objetos (representações) externos, se são submetidas a condições categoriais que tornam possível identificar o dado da intuição externa como objeto.

Portanto, a refutação do paralogismo se realiza em quatro etapas distintas: inicialmente, é pressuposta, como ponto de partida, a premissa da filosofia da consciência cartesiana: o que ocorre em nós é

imediatamente percebido. Disto se conclui que as representações são imediatamente percebidas. Em seguida, se prova que os objetos externos são fenômenos (teses [I e 11]) e que os fenômenos são representações (tese [III]); finalmente, é demonstrado que os objetos "fora de mim" não podem ser assimilados nem às representações subjetivas dos sentidos internos nem às representações objetivas de estados subjetivos [tese IV].

A tese do fenomenismo [11], que desempenha um papel essencial na refutação do paralogismo, é apenas postulada ou é de fato demonstrada na *Crítica* [A]? Kant parece derivá-la da tese do idealismo transcendental, que, aliás, é caracterizado no *IVº Paralogismo* como a doutrina que afirma que os fenômenos são representações (e não coisas em si) e não, como se poderia esperar, que os objetos são fenômenos (e não coisas em si) [A, 369]. Mas no próprio *IVº Paralogismo*, o realismo transcendental, que é contraposto ao idealismo transcendental, é caracterizado como a teoria que "[...] representa os fenômenos exteriores (quando admite a sua realidade) como coisas em si mesmas, que existem independentes de nos e dos nossos sentidos e, portanto, que também seriam exteriores a nós segundo os conceitos puros do entendimento." [A, idem]. Sob este aspecto, o idealismo transcendental seria a doutrina que demonstraria que os objetos de conhecimento não são coisas em si, mas meros fenômenos. Daí se seguiria que os fenômenos são representações?

O que permite identificar fenômenos com representações? O único argumento, apresentado por Kant no *IVº Paralogismo*, consiste em mostrar que os objetos de conhecimento não são independentes das suas representações, embora os objetos externos tenham um conteúdo que não pode ser determinado a priori, isto é, que não pode ser determinado meramente por condições subjetivas. De qualquer maneira, sem a prova da assimilação de fenômenos a representações não estaria completa a refutação do paralogismo na *CRP* [A].

Terá sido a tese da filosofia da consciência cartesiana, que não foi posta em questão pelo *IVº Paralogismo*, que obrigou Kant a defender em [A] a tese do fenomenismo? De fato, a refutação do paralogismo consistiu em mostrar que a percepção de objetos externos é indubitável porque os objetos externos são representações e as representações são imediatamente percebidas. Se no curso da refutação, a tese do realismo transcendental teve que ser posta em questão, jamais o ponto de partida cartesiano, premissa do paralogismo, foi refutado ou criticado.

Na *Refutação do Idealismo* (*CRP* [B]) será abandonado não só o ponto de partida da filosofia da consciência cartesiana, como também a tese do fenomenismo. De fato, "a prova do mundo externo" é uma

refutação dos princípios da filosofia da consciência cartesiana, ou mais precisamente, das filosofias que admitem um "acesso" prioritário (imediatamente e indubitavelmente) aos estados de consciência pelo sujeito destes estados e um "acesso" derivado (mediato) e problemático aos objetos externos. A *Refutação* tem como ponto de partida o conhecimento (e não a mera consciência indubitavelmente) de estados internos, isto é, tem como ponto de partida a experiência interna. A refutação será realizada em duas etapas: a primeira, utilizando-se da conclusão da 1ª *Analogia* (que mostra que toda alteração supõe um permanente), prolonga e explicita a demonstração do IVº *Paralogismo*. Ela demonstra que os objetos externos (fenômenos) *permanentes*, mesmo se considerados como representações objetivas, são condições da experiência interna, isto é, são condições do conhecimento de estados mentais. Segue-se, então, que as representações "*em mim*", isto é, as representações que pertencem aos sentidos internos e são, portanto, submetidas à sucessividade temporal, são distintas dos objetos fenomenais externos (onde "externo" tem um sentido empírico). Sob este aspecto, não ocorre diferença significativa entre o ponto de vista do

IVº *Paralogismo* [AJ e o da *Refutação do Idealismo* [BJ. Deste modo, é apenas refutada a tese de Berkeley de que ser é ser percebido. Esta etapa da prova não coloca, entretanto, em questão a tese do fenomenismo, pois se os objetos externos permanentes são distintos das representações que ocorrem nos sentidos internos, isto não significa que estes objetos sejam independentes das próprias representações submetidas a condições necessárias.

A segunda etapa da "*Refutação*" consistirá, então, em mostrar que: "*Portanto a percepção deste permanente é possível apenas através de uma ~ fora de mim e não através da mera representação de uma coisa fora de mim.*" [B, 275J. Numa longa nota no *Prefácio* [B,XXXIX-XLIII], Kant assinala que a sua prova consistiu em demonstrar que "*coisas fora de mim*" (e não apenas as *representações* de coisas "*fora de mim*") são condições da experiência interna.

Qual o sentido exato desta afirmação? "*Fora de mim*" deve ser tomado num sentido empírico ou transcendental? Na primeira hipótese, não haveria uma ruptura com o fenomenismo: os objetos externos permanentes, que são, em certo sentido, representações, seriam condições da experiência interna. Neste caso, Kant oporia apenas, tal como na prova do IVº *Paralogismo*, as representações subjetivas às representações objetivas (fenômenos).

Mas é possível interpretar a prova da *Refutação do Idealismo* de uma outra maneira. As coisas "*fora de mim*" seriam condições da percepção dos objetos exteriores permanentes que, por sua vez, seriam condições da experiência interna. Kant demonstraria, numa cadeia regressiva de condições, que a experiência interna teria como condi-

ção a experiência de objetos externos permanentes que, por sua vez, teriam como condição a existência de algo que é independente de representações. Para efetuar esta prova, é necessário, como Kant procurou demonstrar, além do que já fôra anteriormente provado, que: [i] os sentidos externos são condições dos sentidos internos e da imaginação, e que [ii] os sentidos externos se relacionam com coisas realmente "fora de mim": "sou tão justa e seguramente consciente de que há coisas fora de mim que se referem ao meu sentido, quanto sou consciente de que eu mesmo existo como determinado no tempo." [B, XL].

É possível interpretar estes e outros comentários de Kant no *Prefácio* [B] como uma ruptura com o fenomenismo. O "fora de mim" seria, então, uma condição que permitiria a percepção do permanente e não seria identificado, como ocorre no *IVo Paralogismo* [A], com a representação de um objeto considerado externo do ponto de vista empírico. A ruptura com o fenomenismo exige, desta maneira, um alto preço: a tese de que uma condição da experiência não seria, ela mesma, objeto de experiência. Terá sido ele efetivamente pago por Kant ?

Se foi a tese da filosofia da consciência que levou Kant a defender a tese fenomenista, a *Refutação do Idealismo* pode, então, ser interpretada tanto como uma ruptura com a tese fenomenista quanto com os princípios da filosofia da consciência cartesiana. A premissa inicial cartesiana não sendo aceita nem como hipótese nem como uma asserção correta, tornou, do ponto de vista da "prova do mundo externo", supérflua a tese fenomenista. Mas, então, foi necessário distinguir não só representações subjetivas de representações objetivas, como já fizera o *IVo Paralogismo*, como também distinguir "representações de coisas fora de mim" de "coisas fora de mim". As "coisas fora de mim" seriam condições das representações de objetos externos. Será correta esta tese, do ponto de vista do idealismo transcendental?

III - Idealismo Empírico e Realismo Transcendental em Descartes

Descartes procurou demonstrar a existência de coisas "fora de mim" sem se comprometer com o fenomenismo ou com o idealismo empírico; assumiu apenas a tese da filosofia da consciência e a do realismo transcendental. Terá conseguido de fato realizar essa prova sem se comprometer com as possíveis conseqüências céticas mencionadas nas análises do *IVo Paralogismo*?

A proposição *Eu sou*¹³, que é o primeiro princípio da filosofia cartesiana, demonstrou a existência do sujeito pensante a partir de uma única condição (suficiente): o mero exercício do ato de pensar pelo sujeito deste ato. A existência do mundo externo, a de outros sujeitos e a do próprio Absoluto foram abstraídas, isto é, deixadas de lado e, por isto mesmo, não intervieram nesta prova. De fato, a proposição *Eu sou pensante* foi demonstrada num contexto cético, onde nenhuma proposição verdadeira fôra admitida anteriormente, e solipsista, onde nenhuma realidade "*fora de mim*"> foi suposta como condição da demonstração. Além disto, a prova desta proposição de caráter existencial não envolve nem o princípio de causalidade nem o princípio de correspondência: nenhuma relação causal foi introduzida pelo argumento do *Cogito*, e nenhuma relação de adequação entre a representação e a coisa mesma foi necessária para se demonstrar a persuasão, ou a verdade deste primeiro princípio da filosofia. Foi apenas engendrada uma cadeia regressiva de enunciados, onde o enunciado consequente é condição de possibilidade do enunciado antecedente e é obviamente implicado por ele. *Eu duvido, Eu penso, Eu sou* formam esta cadeia dedutiva que progride de condicionado a condição a partir do exercício, pelo sujeito de um ato de pensar. ato de pensar.

De fato, graças à proposição *Eu sou*, a refutação do cético teve início. Mas, a indubitabilidade do enunciado *Eu penso* e a verdade da proposição *Eu sou* não eliminaram a hipótese solipsista. Além disto, a indubitabilidade do enunciado *Eu penso* se estende a todas as modalidades do sujeito pensante: não só *Eu só Eu penso*, mas *Eu penso que (duvido, represento, imagino, sinto, etc.)* são atos indubitáveis do sujeito pensante. Isto demonstra que o acesso pelo o acesso pelo sujeito aos seus estados de consciência é um acesso imediato e por isto ele é considerado privilegiado.

As idéias ou as representações, como qualquer estado mental de um sujeito pensante, são indubitáveis para este sujeito. Mas, representar é tornar algo presente para a consciência." O *que* é representado pela representação será considerado como indubitável, se a sua existência for uma existência *na* consciência. O *que* é representado na consciência, Descartes denomina *derealidade objetiva*. As representações, em razão de sua função representativa, têm, enquanto realidades objetivas, uma intencionalidade: elas parecem indicar que o *que é representado* na consciência poderia também existir independentemente de ser representado". A realidade objetiva das idéias reenvia, assim, a uma possível *realidade formal* da coisa, isto é, a uma realidade "*fora da consciência*". Portanto, apesar do seu ponto de partida aparentemente subjetivista, que privilegia, em razão da sua indubitabilidade, a análise dos estados mentais do sujeito, graças sujeito, graças

à noção de representação, a "filosofia da consciência" cartesiana exige uma prova da existência das "coisas fora da consciência",

III.1 - *Idéias sensíveis, efeitos de realidades "fora de mim"?*

Assim, após ter caracterizado, por mera análise do enunciado *Eu sou*, o que pode ser pensado da natureza do sujeito pensante, e de ter mostrado que o sujeito pensante, por pensar, tem representações (idéias) de coisas, mesmo que as coisas representadas não existam!", Descartes tematiza a questão da existência de realidades "fora de mim". Analisando as idéias sensíveis, Descartes afirma: "*Mas havia ainda outra coisa que eu afirmava e que, devido ao hábito que tinha de acreditar nela, pensava perceber mui claramente, embora na verdade não a percebesse de modo algum, a saber, que havia coisas fora de mim donde procediam estas idéias e às quais elas eram semelhantes?*". São as representações sensíveis, mais do que as representações puramente intelectuais, que produzem a crença, talvez ingênua, de que existem "coisas fora de mim". É necessário submeter esta crença ingênua ao crivo da crítica do conhecimento, isto é, ao método da dúvida.

Na *3ª Meditação*, após uma classificação provisória das idéias em inatas, fictícias (fabricadas ou produzidas) e adventícias (sensíveis), Descartes analisa as idéias sensíveis, pois elas permitem de uma maneira inequívoca a tematização da hipótese de que os objetos exteriores sejam causa de suas representações e, por isto mesmo, possam ser considerados como realidades formais, isto é, como realidades que existem independentemente de serem representadas. Com efeito, as idéias inatas, produzidas pelo intelecto, ocultariam, em princípio, a questão da relação causal entre coisas exteriores e representações, na medida em que elas seriam produzidas pelo intelecto independentemente da relação que ele mantém com os seus objetos. As idéias produzidas por composição de idéias, por serem derivadas de outras idéias, reenviam, por sua vez, à análise das idéias mais elementares que as compõem.

Quais são as razões que engendram a crença de que as idéias sensíveis indicam a existência de realidades exteriores? Além da sua aparência de vivacidade e clareza", as representações sensíveis se caracterizariam por manifestarem no sujeito pensante uma passividade associada a um sentimento de coerção. "Passividade" significaria que as coisas exteriores parecem afetar, pelas suas impressões, o sujeito pensante. "Coerção" significaria que as representações sensíveis são involuntárias e, por serem involuntárias,

não dependeriam do sujeito pensante, isto é, não seriam produzidas pelo próprio sujeito. Passividade e coerção tornariam, assim, plausível a hipótese de que os corpos exteriores seriam a causa das representações sensíveis.

A dúvida do sonho mostrou, no entanto, que sem critérios que permitam distinguir a percepção na vigília da percepção no sonho, a percepção de coisas, consideradas como exteriores, pode se efetuar independentemente da existência e da presença destas coisas. As conseqüências extraídas da consciência da passividade poderiam ser, portanto, ilusórias. O sentimento de coerção, que caracteriza o aspecto involuntário das representações sensíveis, não permite também extrair as conseqüências pretendidas, pois uma *faculdade oculta* do próprio sujeito pensante poderia produzir este sentimento. Passividade e coerção não permitem, portanto, inferir das representações sensíveis a existência de coisas "*fora de mim*".

Este argumento cartesiano é exemplar, pois ele parece antecipar algumas das críticas kantianas aos princípios que engendraram o *Ivo Paralogismo*. Com efeito, o fracasso da prova da existência de coisas "*fora de mim*" a partir das idéias sensíveis, apesar destas idéias serem provisoriamente consideradas como representações de objetos externos, mostra que a relação de causalidade entre idéias/ efeitos e objetos/causas é problemática. De fato, os argumentos que consideram as idéias como efeitos de objetos exteriores quase sempre podem ser postos em questão. O argumento do sonho ou o argumento da faculdade oculta, por exemplo, servem, entre outras coisas, para tematizar a inferência, pela relação causal, da existência de coisas "*fora de mim*" a partir do que ocorre "*em mim*". A hipótese da faculdade oculta complementa a dúvida do sonho. Se a existência de objetos não é uma condição da sua percepção, como revela o argumento do sonho, a involuntariedade das representações sensíveis, evidenciada pelo seu aspecto coercitivo, não permite a inferência de que os objetos destas representações sejam considerados como independentes do sujeito pensante e causa de suas representações. Com efeito, algo "*em mim*" poderia ser "*causa dessas idéias[...]*"²³. Um efeito, como afirmou Kant, pode ter múltiplas causas, conhecidas e desconhecidas.

Descartes, nas suas provas da existência das coisas "*fora de mim*" levará sempre em consideração o fracasso deste argumento, que pretende mostrar a existência das coisas pela inferência causal entre idéias e objetos externos: "*!...]* foi [...] por um cego e temerário impulso que acreditei haver coisas fora de mim e diferentes

do meu ser, as quais pelos órgãos de meus sentidos ou por qual: quer outro meio que seja, enviam-me suas idéias ou imagens e imprimem em mim suas semelhanças." [grifo nosso]. Para fundamentar a inferência causal sobre juízos de existência, o princípio de causalidade só será usado por Descartes em condições bem específicas e estritamente delimitadas. As inquietações kantianas do *IVO Paralogismo* sobre este uso problemático do princípio de causalidade foram também inquietações cartesianas. Enfim, o fracasso da primeira tentativa de provar a existência de realidades "fora de mim" será o fio condutor das outras, pretensamente bem sucedidas, provas da tese do realismo transcendental.

III.2 - Uma "outra via"

As dificuldades da prova da existência das coisas "fora de mim", que é uma necessidade da filosofia da consciência cartesiana, não impuseram a Descartes um abandono do objetivo inicial - o de justificar a possibilidade do conhecimento das coisas mesmas - mas apenas uma mudança de rumo: "*Mas há ainda uma outra via para pesquisar se, entre as coisas das quais tenho em mim as idéias, há algumas que existem fora de mim.*": A "outra via" retoma o mesmo problema, que não fôra resolvido pela análise das idéias sensíveis; assume o princípio da filosofia da consciência, o da irglubitabilidade das representações "em mim"; e se propõe a responder à questão: como, a partir das idéias "em mim", é possível ter acesso às "coisas fora de mim"?

Uma "outra via", um novo método de solução. Se a inferência causal criou dificuldades aparentemente incontornáveis, a descoberta de certas propriedades intrínsecas às representações, que poderiam ser usadas como critério de verdade, não poderia revelar um novo caminho para a solução da questão? Da clareza e da distinção das idéias de coisas exteriores não se poderia inferir a existência destas coisas? No entanto, a "*Regra Geral de Verdade*", descoberta a partir do *Cogito*, tal como o próprio *Cogito*, não escapa em definitivo à dúvida metafísica." Desta maneira, ela não pode ainda justificar a verdade de qualquer idéia clara e distinta. Mas, se a dúvida metafísica impede que se recorra ao critério de verdade para que seja justificado o conhecimento das coisas mesmas, demonstrada a sua validade, seria, então, possível solucionar o problema do acesso às realidades formais das coisas representadas.

A solução desta questão pela via da legitimação da "*Regra Geral de Verdade*" apresentaria ao menos uma vantagem sobre a via anterior: não seria mais necessário recorrer ao princípio de causalidade para

se ter acesso às coisas mesmas. Ao invés de considerar as idéias como efeitos de objetos externos, propriedades intrínsecas das próprias idéias permitiriam inferir a existência destas coisas exteriores. A questão do acesso se transforma, portanto, na questão da validação do critério de verdade.

III.3 - Validação do Critério de Verdade

Como justificar o critério de verdade?

Em Descartes, a justificação do critério de verdade, exige, como sabemos, a prova da existência de um Deus Veraz. Mas como provar um Deus Veraz, a existência de um ser "*fora de mim*", isto é, independente de mim? Se o ponto de partida da prova são as idéias "*em mim*", as dificuldades das provas de existência baseadas numa inferência causal certamente reaparecerão.

Para evitar as dificuldades encontradas anteriormente, Descartes introduz uma tese problemática, mas que não rompe com a coerência do seu sistema: a tese de que os conteúdos das idéias são realidades objetivas, isto é, realidades na consciência. Ora, enquanto realidades, estes conteúdos representados têm um grau de perfeição e são submetidos ao princípio de causalidade como toda e qualquer entidade.

Mas, se as idéias são realidades, elas podem não só ser efeitos, mas também podem ser *causas* de outras entidades". Ora, como uma idéia pode ser causa de uma outra idéia, pelo simples fato de uma realidade objetiva ocorrer "*em mim*" e, portanto, necessitar de uma causa, não se pode inferir que a sua causa ocorra "*fora de mim*", pois é possível que uma outra idéia, que também ocorre "*em mim*", possa ser causa da idéia em questão. Das teses de que [i] toda realidade tem uma causa e de que [ii] as idéias têm uma realidade objetiva, não se pode, portanto, inferir que a causa das idéias seja uma realidade exterior."

A mera afirmação de que as idéias são realidades e necessitam de causas, não envolve, portanto, qualquer suposição sobre a existência de realidades exteriores à consciência. Ela valida apenas a hipótese de uma sucessão causal, imanente à consciência, entre as idéias: a noção de realidade objetiva indica que as idéias, enquanto realidades, podem ser causas e ser efeitos, mas não modifica as objeções anteriores contra a inferência causal entre as coisas exteriores e as idéias. Se o argumento do sonho e o da faculdade oculta não foram ainda superados, a desconfiança sobre a validade da prova da existência de coisas exteriores baseada na relação causal não deve ser suprimida.

Como romper com a sucessão causal entre as idéias? Segundo Descartes, é necessário encontrar uma realidade objetiva específica, que não possa ter por causa uma outra realidade objetiva. Assim, é necessário encontrar " [...] *uma primeira idéia, cuja causa seja como um padrão ou original*"?. Descartes acrescenta: "[...] *se não se encontrar em mim uma tal idéia, não terei nenhum argumento que me possa convencer e me certificar da existência de qualquer outra coisa além de mim mesmo* [...]"³⁰. Para superar o solipsismo, é necessário que uma idéia "em mim" tenha como causa uma realidade "fora de mim", isto é, independente de mim. Só a idéia do infinito, que tem pretensamente uma realidade objetiva infinita, pode exercer esta função.

As provas da existência de um ser infinito, com exceção da prova dita ontológica, aplicam, como se sabe, à idéia do infinito ou à existência do sujeito pensante, que tem a idéia do infinito, o princípio de causalidade. A realidade objetiva infinita seria um efeito de uma causa infinita. Ora, como a idéia do infinito não pode ser causada por outra idéia e como o sujeito pensante é finito, a causa infinita deve ser uma realidade exterior ao sujeito finito, que tem esta idéia. Portanto, a inferência de "*coisas fora de mim*", baseada na relação causal, parece ser válida unicamente no caso em que a realidade objetiva da idéia é uma realidade infinita.

Não é nosso objetivo analisar a plausibilidade das provas da existência de um ser infinito. Mas podemos nos perguntar se a elas se pode aplicar a objeção de que um efeito pode ter múltiplas causas, conhecidas e desconhecidas, pois até o momento destas provas a hipótese da existência de uma faculdade oculta e a dúvida do sonho ainda não foram eliminadas. Segundo Descartes, se a realidade objetiva é infinita, nenhuma causa desta realidade pode ser finita; donde só uma realidade infinita pode ser causa da realidade objetiva infinita, pois é uma noção comum de que não pode haver maior realidade ou perfeição no efeito do que na causa, se a causa é de fato causa do efeito. Como é possível derivar da realidade infinita a propriedade de unicidade, não é legítimo supor, neste caso específico, uma pluralidade de causas da realidade objetiva infinita. Assim, a idéia infinita seria efeito e seria semelhante a uma única causa.

A legitimidade desta prova se baseia obviamente na suposição de que a idéia do infinito tem uma realidade infinita. Graças a esta suposição, que Descartes procura demonstrar nas *Meditações*³¹, os argumentos do sonho e da faculdade oculta se tomam irrelevantes. Com efeito, a idéia do infinito é uma entidade na consciência e, enquanto tal, o argumento que prova a sua realidade objetiva infinita se desenvolve no contexto dos "dados" imanentes da consciência. Por esta razão, o argumento do sonho, que põe em questão a reali-

dade das coisas externas percebidas, não a atinge. Além disto, qualquer faculdade do sujeito pensante finito jamais poderia produzir, mesmo na consciência, uma realidade infinita. Por esta e por outras razões, o argumento da faculdade oculta não pode colocar em dúvida esta prova.

A dificuldade desse argumento repousa obviamente na afirmação de que a idéia do infinito, que ocorre "*em mim*", tem uma realidade objetiva infinita. Mas, se ela o tem, se ela é uma idéia primitiva ou uma idéia original, "*como um padrão*", e, se o princípio de causalidade é válido, então ela deve ter por causa uma realidade formal infinita.

Provada a existência de uma realidade infinita, segue-se que esta realidade é veraz; e se ela o é, o critério de verdade pode ser legitimado. Por conseguinte, o acesso às coisas "*fora de mim*" parece dispensar doravante, graças ao Critério de Verdade, o princípio de causalidade. É o que ocorre, por exemplo, com o conhecimento matemático e geométrico: a verdade de suas proposições se funda exclusivamente nesse critério de evidência.

III.4 - A prova de que os corpos existem "fora de mim"

Das idéias claras e distintas do intelecto puro e das idéias imaginativas não se pode inferir, segundo Descartes, a existência de corpos exteriores, pois as idéias intelectuais (claras e distintas) da natureza extensa mostram a possibilidade desta existência; e as idéias imaginativas, a sua probabilidade. Cabe, então, às idéias sensíveis provar a existência efetiva das coisas extensas. Ora, as idéias sensíveis não são verdadeiras representações; elas são materialmente falsas, pois não conseguem identificar como objetos os conteúdos que elas parecem apresentar à consciência. Por esta razão, elas não podem ser consideradas como representações de objetos. De fato, as idéias sensíveis não têm uma função representativa, embora talvez tenham uma função referencial." Podem elas se referir às coisas que existem "fora" da consciência?

A prova da existência dos corpos pelas idéias sensíveis esbarrou na objeção da faculdade oculta, que inviabilizou qualquer tentativa de encontrar nos objetos exteriores a causa destas idéias. Além disto, o argumento que rompeu com o solipsismo, mostrando que existe uma realidade exterior ao sujeito pensante, se baseou na realidade objetiva da idéia do infinito: da realidade objetiva infinita foi inferida, graças ao princípio de causalidade, a realidade formal infinita. Este esquema de argumentação não pode obviamente se aplicar às idéias sensíveis, pois é problemática a

realidade objetiva dos conteúdos que elas parecem apresentar à consciência.

A prova da existência dos corpos terá, portanto, que responder às objeções que inviabilizaram a primeira tentativa de demonstrar a existência de coisas exteriores a partir das idéias sensíveis. Se ela, no entanto, precisar recorrer ao princípio de causalidade, ela deverá justificar o seu uso sem envolver a suposição de que as idéias sensíveis têm uma realidade objetiva determinada.

A estratégia cartesiana da prova da existência de corpos será inicialmente a de analisar as características da consciência sensível. Como já assinalamos, é a consciência de uma passividade, que se manifesta no sentimento de receptividade em relação às coisas exteriores, e a consciência de uma presença, que independe do consentimento do sujeito pensante, que caracterizam a consciência sensível. Pouco importa o fato da receptividade como evento real ou a coerção como fato efetivo. A consciência da receptividade e da coerção não supõem eventos reais exteriores à consciência. O ponto de partida da prova não contradiz, portanto, a tese da filosofia da consciência cartesiana.

É a partir destas características da consciência sensível que será demonstrada a existência de corpos. Não cabe aqui recapitular cada uma das etapas desta prova", mas apenas assinalar de que maneira ela evita as objeções anteriormente assinaladas.

Esquemáticamente esta prova envolve quatro etapas distintas. Em razão do estatuto problemático da realidade objetiva das idéias sensíveis, a primeira etapa da prova não pode aplicar a elas o princípio de causalidade. Mas, se a consciência sensível do sujeito pensante se caracteriza pela consciência de uma passividade, como atividade e passividade são noções complementares." isto é, são aspectos diferentes de um mesmo evento, a consciência de passividade exige um princípio ativo, seja ele imanente ou não à consciência.

A segunda etapa da prova procura demonstrar que este princípio ativo não é imanente, mas exterior à consciência. Como já assinalamos, os sentimentos de passividade e de coerção poderiam ser produzidos pela faculdade oculta do próprio sujeito pensante. Para eliminar esta hipótese, Descartes demonstra a tese da distinção real entre a mente e o corpo. Duas entidades são realmente distintas, se elas podem existir separadamente uma da outra", A distinção real é, então, uma distinção que só se aplica às substâncias (ou aos modos de substâncias diferentes). Para se reconhecer a distinção real entre duas entidades, (sejam elas e), é necessário que a "idéia de", por exemplo, possa ser pensada clara e distintamente como uma idéia completa", que exclui, por ser completa, a idéia também clara, distin-

ta e completa de . É necessário, assim, que possa ser pensada clara e distintamente como uma entidade completa, isto é, como uma entidade que independe de. Do ponto de vista epistêmico, *não dependência* significa que a idéia de não foi obtida por *abstração* da "idéia de". "A idéia de" *exclui*, desta maneira, a idéia de (e vice-versa), isto é, todas as propriedades que possuiria podem ser negadas em. Assim, ambas as entidades são pensadas como independentes, isto é, como podendo existir separadamente.

Ora, da tese da distinção real entre a mente e o corpo resulta que a essência do sujeito pensante, enquanto sujeito pensante, "*consiste apenas em pensar*".³⁷ Como pensar é ter consciência, o sujeito pensante é consciente dos atos que suas faculdades produzem; donde, se existisse uma faculdade oculta e se ela produzisse um ato, o sujeito pensante seria consciente deste ato e da própria faculdade. Então, neste caso, ela não seria uma faculdade oculta. Eliminada esta hipótese, segue-se que a causa do sentimento de passividade e de coerção da consciência sensível não pode ser encontrada no próprio sujeito pensante, mas em algo diferente e exterior ao próprio sujeito. Se na prova da existência do Deus Veraz é o princípio de causalidade que prova a existência de uma realidade infinita exterior, na prova da existência dos corpos, a exterioridade à consciência é demonstrada sem recurso à causalidade. São os sentimentos de passividade e de coerção, conjugados com as conseqüências da tese da distinção real, que provam que existe algo de exterior à consciência, que é razão destes sentimentos da consciência sensível.

A terceira etapa da prova procura mostrar que as realidades extensas podem ser consideradas como realidades distintas e diferentes do sujeito pensante. Já se sabe que a realidade infinita é exterior; mas ainda não foi demonstrado que as coisas extensas podem ser consideradas também como realidades exteriores. Com efeito, a segunda etapa da prova mostrou que há algo de exterior, que é a razão dos sentimentos que caracterizam a consciência sensível. Mas, por que as coisas extensas podem ser consideradas como realidades exteriores ao sujeito pensante? Para responder a esta pergunta, é necessário, mais uma vez, recorrer à distinção real: as coisas extensas, sendo realmente distintas do sujeito pensante, podem existir independentemente dele, e as propriedades que a elas se aplicam não podem ser aplicadas ao próprio sujeito (e vice-versa). Sob este aspecto, as coisas extensas seriam exteriores ao sujeito pensante num duplo sentido: seriam realidades espaciais, e teriam uma existência independente da existência do sujeito pensante.

Na quarta etapa da prova, graças a uma seqüência de argumentos, dentre os quais o mais problemático é aquele que supõe que a Veracidade Divina deve garantir uma inclinação natural (e não apenas a

verdade das idéias claras e distintas), é demonstrado que os corpos existem e são causas das idéias sensíveis.

Nesta etapa da prova, o princípio de causalidade não foi usado para inferir uma realidade exterior ao sujeito pensante, mas, ao contrário, [i] porque foi demonstrado que existe um princípio ativo exterior ao sujeito (etapas [1] e [2]), [ii] porque foi também demonstrado que se os corpos existem, então eles são realidades exteriores ao sujeito pensante (etapa [3]), [iii] porque há " [*.. .J uma fortíssima inclinação para crer que elas [as idéias sensíveis] me são enviadas pelas coisas corporais ou partem delas [...]*"³⁸ e [iv] porque Deus seria enganador (e não seria Veraz) caso este princípio ativo externo não fosse identificado com os corpos extensos, prova-se que os corpos existem e são causas das idéias sensíveis.

A tese da distinção real desempenhou uma função determinante nesta prova: ela eliminou a hipótese da faculdade oculta, o que permitiu provar que algo de exterior produz o sentimento de coerção e de passividade da consciência sensível, e mostrou que, independentemente de qualquer uso do princípio de causalidade, as coisas extensas, se existirem, são exteriores e independentes do sujeito pensante. A prova efetiva de que as coisas extensas existem supôs o argumento da inclinação natural, garantido pela Veracidade Divina.

Se foi demonstrada a existência da realidade infinita "*fora de mim*" é porque ela não pode ser explicada pela realidade finita do sujeito pensante. Os corpos, no entanto, foram considerados exteriores em razão da distinção real, mas a sua existência efetiva só pode ser demonstrada graças à inclinação natural e à Veracidade Divina.

IV - Conclusão

Segundo o *IVº Paralogismo* da *CRP*, a dúvida sobre a existência dos objetos dos sentidos externos se deve à conjugação de três princípios: o da filosofia da consciência, o do realismo transcendental e à tese de que as representações que ocorrem "*em mim*" são efeitos de causas que são "*coisas fora de mim*". As realidades exteriores seriam, desta maneira, inferidas e não imediatamente percebidas. Daí a incerteza sobre a sua existência.

Não se pode dizer da filosofia cartesiana que ela assumiu o ponto de vista da doutrina do idealismo empírico, se "idealismo empírico" denota a doutrina que afirma que só o que é imediatamente percebido é indubitável e que a percepção mediata de objetos externos é

sempre dubitável. Descartes defende, no entanto, um princípio análogo a este: os atos de consciência, durante o tempo em que são efetivamente realizados, são imediatamente acessíveis para o sujeito destes atos; no entanto, as "*coisas fora de mim*" são conhecidas através de suas representações. Desta maneira, o conhecimento delas, por ser inferido (não necessariamente através de uma inferência baseada numa relação causal), pode ser objeto de dúvida, o que não impede que se possa posteriormente adquirir delas um conhecimento *media to* (inferido) certo e indubitável.

O epíteto "realista transcendental" se aplica corretamente à filosofia cartesiana.

Em relação às idéias sensíveis, poder-se-ia afirmar que Descartes adota uma "teoria causal da percepção" em razão de ter sido demonstrado que os corpos são causa das sensações. Mas esta tese deve ser compatibilizada com uma outra que afirma [i] que todas as idéias são inatas ("*[...] de tal modo que nada existe nas nossas idéias que não seja inato à mente ou à faculdade que ela tem de pensar [...]*"³⁹), e [ii] que os corpos exteriores são causas ocasionais das idéias sensíveis, pois, agindo sobre os órgãos sensoriais, eles possibilitam, num determinado momento do tempo, a formação, pela mente, destas idéias".

De fato, Descartes não renegou o princípio da filosofia da consciência, quadro no qual construiu o seu sistema, assumiu e procurou justificar o seu realismo transcendental e tentou demonstrar a validade de conhecimentos *media tos*, isto é, procurou legitimar o conhecimento das coisas "*fora de mim*" a partir das idéias destas coisas. Como justificou, então, estas teses?

A primeira tentativa de inferir a existência dos objetos dos sentidos externos através das idéias sensíveis mostrou, confirmando o diagnóstico de Kant, que a inferência baseada numa relação causal, onde as idéias indubitáveis seriam efeitos de causas exteriores, é extremamente problemática. O fracasso desta tentativa (que se evidenciou graças à hipótese da *faculdade oculta*) pôs em questão o uso indiscriminado do princípio de causalidade.

Face a este fracasso, o princípio de causalidade foi, então, usado em condições restritas e bem delimitadas. Para que tivesse sido possível aplicá-lo, foi preciso demonstrar, entre outras teses, que os conteúdos das idéias são realidades objetivas, que a idéia do infinito tem uma realidade objetiva infinita e não pode ser derivada nem de uma outra idéia nem pode ser produzida pelo sujeito pensante finito.

Provada a existência do Deus Veraz, é o critério de verdade que doravante justificará a verdade dos juízos compostos por idéias claras e distintas.

Mas o critério de verdade e o princípio de causalidade não permitiram inferir das idéias sensíveis a existência de "*coisas fora de mim*". A prova da distinção real exercerá, então, um papel fundamental. Graças a ela, é possível eliminar a hipótese da *faculdade oculta* e mostrar que, se existem corpos, eles são diferentes e distintos do sujeito pensante. A veracidade divina, garantindo uma inclinação natural, completará a prova da existência dos corpos.

Se a nossa análise é correta, algumas das objeções formuladas no *IVº Paralogismo* aos princípios da filosofia cartesiana foram antecipadas e previstas pelo próprio sistema cartesiano. No entanto, para evitá-las, foi necessário pagar um alto preço como atestam as teses da realidade objetiva infinita da idéia de Deus, da Veracidade Divina, da validade do princípio de causalidade e da distinção real entre a mente e o corpo. O abandono destas teses tornaria, no entanto, inviável o projeto de justificação do realismo transcendental a partir da premissa da filosofia da consciência. Mas não foi esta a opção adotada por Kant na *Refutação do Idealismo?*

Notas

• Com este artigo, de um eminente especialista, a revista SÍNTESE se associa às comemorações do 4º centenário de nascimento de René Descartes (1596 - 1996)

1. I. Kant, *Kritik der reinen Vernunft* (KrV), Hamburgo: Felix Meiner Verlag, 1956. As citações em português da edição [B] da *Crítica da Razão Pura* (CRP) foram extraídas, fora ressalvas, de *Crítica da Razão Pura*, tradução de Valério Rohden e Udo Moosburger, col. *Os Pensadores*, São Paulo: Abril, 1980. Quando citarmos no corpo do artigo os textos da CRP (ou da KrV) indicaremos apenas a edição (A ou B) seguida do número da página.

2. Em Kant é sempre necessário distinguir o ponto de vista empírico, que concerne a análise da experiência humana, do ponto de vista transcendental, que é o ponto de vista da fundamentação filosófica da experiência humana. "*Idealismo*" e "*Realismo*" são noções que têm um sentido diferente segundo os "pontos de vista" empírico ou transcendental. *Idealismo empírico* concerne às condições subjetivas da experiência humana e dele pode resultar a doutrina caracterizada pelas teses que serão indicadas no corpo deste artigo. *Idealismo transcendental* (o idealismo do ponto de vista transcendental) é a doutrina que diz que os objetos de conhecimento são submetidos necessariamente a condições ideais (formais e subjetivas); daí se segue que os objetos de conhecimento são fenômenos e não coisas em si. ∴ *Realismo transcendental* (o realismo do ponto de vista transcenden-

doutrina que afirma que os objetos exteriores são as coisas mesmas que existem independentemente de serem conhecidas. Finalmente, o *realismo empírico* (o realismo do ponto de vista empírico) concerne às condições públicas (objetivas) da experiência humana e dele pode resultar a doutrina que afirma que temos um conhecimento objetivo dos objetos de experiência. Sobre o significado destes termos ver *KrV*, [A], op. cit. pp. 369-373e 490-498. Ver também duas análises paradigmáticas e antagônicas sobre o significado destes termos: [a] H. Allison *Kant's Transcendental Idealism*, New Haven: Yale University Press, 1983, pp. 6-10 e 14-19. [b] P. Guyer, *Kant and the claims of knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press, 1987, pp. 333-369.

3. *KrV*, op. cit., [A, 368-369].

4. Sobre os conceitos de crença e de saber em Kant, ver: *KrV*, op. cit., [B, 850] e I. Kant, *Lógica*, tradução de Guido Antônio de Almeida, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, pp. 83-84.

5. As breves considerações que agora faremos sobre o sistema cartesiano foram expostas em nossos artigos: [i] "Pode o Cogito ser posto em questão?", *Discurso*, n.º 24 (1994) e [ii] "A Referência do Dêitico Eu na Gênese do Sistema Cartesiano", *Analytica*, v. 1, n.º 2 (1994). Sobre as noções de *ordem analítica* e *ordem sintética*, ver R. Descartes, *Respostas às Segundas Objeções* in *Descartes, Obra Escolhida*, tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior, São Paulo: Difusão Européia do livro, 1962, pp. 231-233.

6. R. Descartes, *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., Primeira Meditação, *Meditações*, p. 118.

7. O objetivo prioritário do IVº *Paralogismo* é a crítica ao idealismo empírico e ao realismo transcendental e não apenas às teses cartesianas acima mencionadas. A refutação do idealismo empírico poderia ser reconstruída da seguinte maneira: inicialmente, seriam pressupostas as teses que caracterizariam esta teoria. Para refutá-las, seria assumida provisoriamente a tese fenomenista, que afirma que os objetos externos são representações e que, enquanto representações, ocorrem em nós. Graças a esta tese, pode-se afirmar que a percepção de objetos externos é tão indubitável quanto a percepção de estados subjetivos. Finalmente, mostrar-se-ia que, embora os objetos externos sejam imediatamente percebidos (quanto à sua forma), eles têm um conteúdo efetivamente real, que não pode ser reduzido a qualquer condição subjetiva. Desta maneira, ficaria refutada a principal tese do idealismo empírico: a de que só o que ocorre em nós é indubitável.

8. Ver também *CRP* [B 66-70; §24, 152-157]; I. Kant, *Du Sens Interne*. Un texte inédit de Kant, tradução e comentários de R. Brandt, G. Mohr, A. Perrinjaquet, G. Seel et W. Stark in *Cahiers de la Revue de Théologie et de Philosophie*, vol. 119 (1987/IV): Genève, pp. 421-472.

9. As reflexões sobre o significado da expressão "fora de nós" se apóiam no texto citado de Kant *KrV*, [A, 373], embora não pretendam ser um comentário estrito deste texto.

10. Condições epistêmicas são condições que concernem às condições da representação de objetos. Ver H. Allison, op. cit., p. 10.

11. Ver, por exemplo, *CRP* [6], op. cit., Prefácio, pp. XXXIX-XLIII; Analogias da Experiência, Segunda Analogia, pp. 233-256; Refutação do Idealismo, pp. 274-276.

12. Esta conseqüência da refutação do paralogismo não pode ser aceita pela filosofia cartesiana: só o que ocorre "em mim" tem a propriedade de ser imediatamente percebido; o "fora de mim" é sempre inferido a partir do que ocorre "em mim". Assim, os objetos externos (extensos), que se distinguem realmente dos objetos mentais, e Deus, que é um puro espírito, são inferidos a partir de uma idéia indubitável que ocorre "em mim". Com efeito, para Descartes, o "fora de mim" é sempre algo independente das representações; é uma realidade formal, no vocabulário cartesiano, ou uma coisa em si, na terminologia kantiana. Os objetos extensos, por exemplo, são "fora de mim", têm uma realidade formal realmente distinta da realidade dos estados mentais e, portanto, não possuem com eles qualquer propriedade em comum. Deus é "fora de mim" não porque é extenso (como é o Deus de Espinoza), mas porque é independente de mim, quer no sentido epistêmico (é uma realidade formal e não uma realidade objetiva), quer no sentido ontológico (é uma substância).

13. A proposição *Eu sou*, inferida do enunciado *Eu penso*, tem um sentido diferente do enunciado *Eu penso que eu sou*. Pela proposição *Eu sou* pretende-se demonstrar a existência do sujeito que pensa, isto é, a existência do mesmo sujeito que o enunciado *Eu penso* classifica como sujeito pensante.

14. Sobre esta questão, ver nossos artigos: "Pode o *Cogito* ser posto em Questão *T*" in *Discurso*, no 24 (1994): pp. 9-30; "A Referência do Dêitico "Eu" na Gênese do Sistema Cartesiano: *aRes Cogitans* ou o Homem?" in *Analytica*, v. I, no 2 (1995): pp. 41-66.

15. Em Descartes, a expressão "fora de mim" significa *independente de mim* e também, quando aplicada a objetos extensos, significa *ocupando uma posição no espaço*. Mesmo antes da prova da existência dos corpos, a representação de um corpo será sempre a representação de um objeto que, se existisse, existiria ocupando uma posição no espaço.

16. Sobre o conceito de representação em Descartes, ver o nosso artigo: "Idée et Représentation" in *Descartes, Objecter et Repondre*, org. J-M Beysade e J-L Marion: cal. Lia Levy; Paris: PUF, junho, 1994, pp. 187-203.

17. "Na idéia ou no conceito de cada coisa, a existência está contida, porque nada podemos conceber sem que seja sob a forma de uma coisa existente [...]", R. Descartes, *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., Exposição Geométrica, Axioma X, *Respostas às Segundas Objeções*, P: 240.

18. Sobre o sentido das noções de *realidade objetiva* e de *realidade formal*, ver: *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., Exposição Geométrica, Definições III e IV, *Respostas às Segundas Objeções*, p. 235.

19. É indubitável que o sujeito pensante representa coisas, mas é dubitável que estas representações sejam verdadeiras.

20. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 3ª Meditação, *Meditações*, p. 137.

- 21 Descartes, *Obra Escolhida*, op. cit., 3ª Meditação, *Meditações*, p.140-142; ver também, 6ª Meditação, pp. 182-184.
22. Descartes para caracterizar as idéias sensíveis introduz ainda a noção de inclinação natural que, sem a garantia da Veracidade Divina, não pode ser considerada como um argumento relevante para a prova da existência dos corpos. Sobre a vivacidade das idéias sensíveis, ver *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 6ª Meditação, *Meditações*, pp. 183-184.
23. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., idem, p.185.
24. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 3ª Meditação, *Meditações*, pp.142-143.
25. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., idem, p. 143.
26. "Nesse primeiro conhecimento, só se encontra uma clara e distinta percepção daquilo que conheço; a qual não seria suficiente para me assegurar de que é verdadeira, se em algum momento pudesse acontecer que uma coisa que eu concebesse tão clara e distintamente se verificasse falsa." [*Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., ibidem, p. 137]. Sobre a dubitabilidade do *Cogito*, ver nosso artigo já citado: "Pode o *Cogito* ser posto em questão?".
27. Nas *Meditações Metafísicas*, Descartes admite a tese de que as idéias podem ser causas de outras idéias. Ver *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 3ª Meditação, *Meditações*, p. 146: "E ainda que possa ocorrer que uma idéia dê origem a uma outra idéia, isto todavia não pode estender-se ao infinito, [...]".
28. Em certas passagens da sua obra, Descartes parece adotar a seguinte tese (oposta a essa que acaba de ser enunciada): toda realidade objetiva tem como causa uma realidade formal. Ver: R. Descartes, *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., Axioma V e VI, Exposição Geométrica, *Respostas às Segundas Objeções*, p. 239. Ver também, *Oeuvres de Descartes*, op. cit., *Secundae Responsiones*, AT, v. VII, pp. 135-136. Mas a lógica do sistema não permite considerar válida, sem qualquer restrição, a tese de que as causas das realidades objetivas são realidades formais. Esta tese não pode, entretanto, ser confundida com uma outra que afirma: "Toda realidade ou perfeição que existe numa coisa encontra-se formal, ou eminentemente, na sua causa primeira ou total." (*Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., Exposição Geométrica, Axioma IV, *Respostas às Segundas Objeções*, p. 238). A primeira tese mencionada diz que as causas das idéias seriam realidades formais; a segunda tese afirma que a causa deve ter ao menos tanta perfeição quanto o seu efeito.
29. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 3ª Meditação, *Meditações*, p. 146.
30. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., idem, p. 146.
31. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 3ª Meditação, *Meditações*, pp. 149-152.
32. Sobre esta questão, ver meu artigo já citado: "Idée et Représentation".
33. Ver *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 6ª Meditação, *Meditações*, pp. 187-188, e *Oeuvres de Descartes* op. cit., *Principia Philosophiae*, AI, v. VIII-I, II, art. 1.

34. Ver *OPD*, op. cit., v. 111, *Les Passions de l'Ame*, Primeira parte, artigo 1.
35. Sobre a noção de *distinção real* ver *Oeuvres de Descartes*, op. cit., [a] *Meditationes*, Sexta, AT, v. VII, p. 78; [b] *Principia Philosophiae*, AT, v. VIII-I, I art. 60-63; [c] *Primae Responsiones*, AT, v. VII, pp. 120-121; [d] *Secundae Responsiones*, idem, pp. 131-133; [e] *Quartae Responsiones*, ibidem, pp. 219-227 .
36. Uma idéia completa de é uma idéia onde é concebido clara e distintamente como uma coisa completa. Para se reconhecer uma idéia completa, é necessário saber que ela *não* foi obtida *por abstração* de uma outra idéia. Em consequência, de uma coisa da qual se tem uma idéia completa podem ser excluídas ou negadas todas as propriedades de uma *outra* coisa da qual se tem também uma *outra* idéia completa. Sobre esta questão, ver *OPD*, op. cit., v. 11, carta a Gibieuf de 19 de janeiro 1642, pp. 904-910 e *Oeuvres de Descartes*, op. cit., *Quartae Responsiones*, AT, v. **II**. pp. 219-227.
37. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., 6 a *Meditação*, *Meditações*, p. 186.
38. *Descartes, Obra Escolhida*, op. cit., idem, p.188. A prova da existência dos corpos nos *Princípios da Filosofia*, que esclarece em certos aspectos a prova das *Meditações*, não utiliza explicitamente o argumento da inclinação. Ver *Oeuvres de Descartes*, op. cit., *Principia Philosophiae II*, AT, v. VIII-I, artigo 1.
39. *Oeuvres de Descartes*, op. cit., *Notae in Programma*, AT, v. VIII-2, p.358.
40. *Oeuvres de Descartes*, op. cit., idem, pp. 358-359.

Endereço do Autor:
Rua Marqueês de São Vicente, 256 / 207
22451-040 - Gavea - Rio de Janeiro, RJ